

PROFETISMO E HISTÓRIA NO IMAGINÁRIO VIEIRIANO: O “LIVRO ANTEPRIMEIRO” DA HISTÓRIA DO FUTURO

Luiz Felipe Baêta Neves
UERJ

RESUMO

O ensaio que se segue procura investigar alguns dos objetivos centrais do texto vieiriano em questão.

Os textos agora principalmente analisados são os prolegômenos e os quatro primeiros capítulos do “Livro anteprimeiro” da *História do futuro* do padre António Vieira. São partes fundamentais para a compreensão da estrutura mesma desta obra e as explicações e justificativas do grande sacerdote para o(s) título(s) do livro – isto em seus primeiros capítulos. O capítulo quatro trata “das utilidades da *História do futuro*” e da primeira de tais utilidades.

Tomamos por guia o texto contido na excelente edição da *História do futuro* organizada por José Carlos Brandi Aleixo, publicada pela Editora Universidade de Brasília em 2005.

PALAVRAS-CHAVE:

História colonial; Jesuítas; Imaginário social; Antropologia; Profecia.

ABSTRACT

The following essay is an inquiry on some central purpose in António Vieira’s work.

The analysed texts are mainly about the prologue and the first four chapters from “Livro anteprimeiro” on *História do futuro*, written by father António Vieira. Those are fundamental parts for the understanding of that piece of work’s structure and also the explanation and justification from the great priest for his book title(s), in the first chapters. The chapter four deals with “*História do futuro*’s utility” and the first profitability in this subject.

Our essay was guided by the text enclosed in the eminent edition from *História do futuro*, by José Carlos Brandi Aleixo’s organization, and Editora Universidade de Brasília publishing, in 2005.

KEYWORDS:

Colonial History; Jesuits; Social Imaginary; Anthropology; Prophecy.

Introdução

No imaginário social, Vieira é visto como múltiplo e único, de grande longevidade pessoal e “onipresente” no espaço dos muitos lugares em que viveu e operou. Há um corpo único, físico e espiritual, e um *corpus* que integra ações e práticas de enorme variedade.

A multiplicidade da obra escrita de Vieira aponta para uma impressionante capacidade de produzir que se espraia pelos motivos mais diversos da contingência da vida humana e de sua transcendência.

Ao mesmo tempo, não parece pertinente a proposição corrente de que estamos diante de uma unidade, de origem única e autorreferenciada, de uma continuidade sem interrupções. Trata-se de uma visão redutora que não percebe, por exemplo, as inúmeras possibilidades de apropriação intelectual de cada um dos textos que se observa.

A escolha do imaginário é histórica e culturalmente determinada e obedece a dispositivos políticos que atuam em prol de escolhas feitas pelas forças que detêm o domínio do imaginário, daquilo que dele se pode ser preservado, abandonado ou destruído.

A memória social de livros e códices é, portanto, ligada a uma história em que o esquecimento social faz par inevitável com seu parceiro *e* adversário que são os mecanismos da preservação de bens culturais. Estamos longe, aqui, de imaginar uma etérea coleção de itens de um sacralizado “patrimônio cultural universal” ou de um *thesaurus* humano único e intocável que atravessasse incólume as disposições da história. E que caberia a nós, como “detetives/arqueólogos”, descobrir, classificar, preservar. Como se a história encontrasse objetos sem mediação; como se a história não fosse ela própria um feixe de construções conceituais que observa, não “objetos empíricos”, mas objetos *outros*, da mesma forma culturalmente elaborados.

A materialidade da história cultural, e sua distância de uma vaga imaginação do livro como mero depósito de um excelso e intangível “espírito humano universal e eterno”, é manifesta no próprio objeto de que tratamos. O conjunto vieiriano do Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) exhibe, ao longo de uma extensão temporal notável que se inicia no século XVII, uma extraordinária variedade de formas de apresentação, de formatos e dimensões, de escolha de tipos gráficos, de modos de encadernar, de articulação entre letras e imagens.

Códices e livros têm diversas possibilidades de acesso, de uso, de manuseio, de posse, de pertencimento. E devem permitir um universo relacional em que sua suposta unidade se estabeleça de forma aparentemente paradoxal por sua diferença face a outros bens culturais escritos e não por uma identidade fundacionista e autoatribuída.

O próprio Vieira, ao procurar ordenar sua vastíssima obra e ao começar a editá-la, mostrou o seu desejo de projetar-se no futuro e continuar na missão que guiou sua vida: a luta pela criação da Terrena Cidade Celeste. O editor de sua própria obra favoreceu,

com isto, a perpetuação de seu trabalho, pois permitiu o acesso a uma notável soma de textos (e, às vezes, proposições orais transformadas em textos) que poderiam se dispensar, tornar-se de acesso difícil ou impossível. Não reuniu *todos* os seus textos, por diferentes razões, mas deu uma inesperada resposta àqueles que tivessem imaginado que seu “exílio político final” fosse torná-lo inofensivo, sem projetos, sem voz.

*

Ao apresentar as intenções principais de seu livro, Vieira aponta a “história do futuro” como de esclarecimento de segredos, que julga “ocultos” e “escuríssimos”. É assim, um exercício de desvendamento do que está por vir; não é como as “outras” histórias correntes e cuja matéria é a memória de fatos passados que o Mundo viu.

Tais intenções serviriam para minorar aquilo que Vieira descreve como algo *permanente* na história dos humanos: a curiosidade quanto ao futuro. Aqui, o trabalho de decifração da história futura é algo que é provocado, também, pelo desejo de todos de saber o que virá. E a divulgação pública do trabalho em questão coloca-o em um espaço terreno. A “história nossa começa no tempo em que se escreve, continua por toda a duração do mundo e acaba com o fim dele”. (p. 125-126). Há uma série de proposições envoltas neste pequeno trecho: a história se escreve, há uma *escrita da história* que se dá em um determinado momento do tempo que será o “observatório” de um autor/decifrador que anunciará o que foi por outro Autor (o Divino) estabelecido.

A preocupação com o *efeito* (do desvendamento do futuro) nos leitores, torna a se manifestar quando Vieira, depois de anunciar enfaticamente, o que advirá, diz: “[...] confiança nos fica para esperar que não será ingrato aos leitores este nosso trabalho, e que será tão deleitosa ao gosto e ao juízo a ‘História do futuro’, quanto é estranho ao papel o assunto e nome dela”. (p. 127).

A leitura não é um jogo único: implica em prazer e razão que não devem ter por obstáculo o título – aparentemente contraditório e capaz de afastar leitores – que atribuiu à sua obra. A leitura implica em um esforço de *atração e persuasão* do possível leitor e acena com grandes recompensas para aquele que “ultrapassar” a estranheza gerada pelo objeto do texto.

Vieira distingue *estilo profético de história*. O primeiro não diferencia tempos, não aponta lugares, não individua as pessoas, nem segue a ordem dos fatos. O que os profetas afirmam “[...] é envolto em metáforas, disfarçado em figuras, escurecido com enigmas e contado ou cantado em frases próprias [...] mais acomodadas à majestade e admiração dos mistérios que à notícia e inteligência deles”. (p. 127-128). A *história*, por sua vez, procura “[...] observar religiosa e pontualmente, todas as leis da história, seguindo em estilo claro e que todos possam perceber a ordem e sucessão das coisas [...] vestidas e

acompanhadas das suas circunstâncias”. (p. 127-128). A história requer, igualmente, que sejam precisados tempos e anos; lugares; nações; pessoas.

Vieira afirma em seguida que “[...] sem ambição nem injúria de ambos os nomes, chamamos a esta narração história e *História do futuro*”.

O grande jesuíta sabe que a história que vai apresentar não é alguma coisa comum, que se insira nas grandes correntes do pensamento então vigente a respeito dos acontecimentos pretéritos e futuros; é vista como um desafio – ou, mesmo como um repto – original que demanda atenção e expansão na sociedade.

Fala de sua *solidão* – e de sua *originalidade* – em passagens de seu texto como: “Sós e solitariamente sem companheiro nem guia, sem estrela nem farol [...] nem exemplo”. (p. 127-128). Na verdade, espera que as luzes que guiarão seu trabalho venham do Pai (e de seu Filho) que é (são) o objetivo final a que servir. Servir a glória divina é, pois, o intento maior a alcançar; a *História do futuro* é um *instrumento* para alcançar a exata compreensão do que está por vir e, deste modo, indicar os caminhos corretos para a expansão cristã na terra dos homens. Vieira se vê como um intermediário privilegiado que ocupa uma interface entre o texto sagrado e sua divulgação secular.

Vieira procura evitar a condenação do que postula e, em especial, a “condenação prévia”, que é a resultante da não leitura de seu livro: “É de direito natural que ninguém seja condenado sem ser ouvido [...]” (idem). Com argúcia, Vieira lembra aos possíveis leitores que o Saber tem uma história que pode reverter opiniões e restabelecer uma verdade negada de início. Dá como ilustração a trajetória de São Jerônimo que teve sua versão dos livros sagrados “perseguida e impugnada” e é hoje adorada e de fé (idem). Se requer, assim, *coragem* para a leitura e *cautela* para que não sejam cometidos erros e precipitações, que o Futuro atestará.

*

O segundo capítulo é dirigido especificamente aos *portugueses*. Assinala, logo ao princípio, que “O maior serviço que pode fazer um vassalo ao rei é revelar-lhe os futuros [...]”. (p. 129). Pouco depois, o jesuíta invoca diretamente a atenção de *Portugal*:

Eu, Portugal (com quem só falo agora) nem espero teu agradecimento, nem temo a tua gratidão. Porque [...] se nas letras que interpreto achara desgraças (bem poderá ser que as tenhas), eu te dissera a má fortuna sem receios, como te digo a boa sem lisonja. (p. 130-131)

Vieira, tão assertiva quanto pedagogicamente, afirma que o que de mais proveitoso se pode fazer como súdito real é desvendar e apontar a seu soberano o que virá. Ao escolher este serviço como o maior, torna-se, o inaciano, concomitantemente *exemplo* e

companheiro dos que seguirem adequadamente o comportamento que prescreve. Ele/seu livro são ferramentas de um Desejo divino de que o autor é veículo e que servirão para alcançar objetivos políticos, religiosos – e outros que o rei de Portugal escolher.

O papel central que atribui a si mesmo e a sua ação ficam fortemente ressaltados com o *interlocutor* que expressamente aponta neste trecho: nada menos que... Portugal. De quem, com reiterada altivez, *nada* espera em agradecimento ou gratidão; o trabalho do missionário se encerra quando o completa e o põe à disposição de quem poderia levá-lo adiante.

É significativo salientar que Vieira faz uma separação em seu auditório possível. Há o mundo, de um lado, e, de outro, Portugal. Separação, digamos, operacional; agora (no capítulo citado, por exemplo) ele afirma se dirigir somente a Portugal estando o Mundo, se poderia dizer, em “suspensão”, em “possibilidade latente”.

E Portugal tem uma *destinação* bem marcada: “Mas é tal a tua estrela (benignidade de Deus contigo, devera dizer) que tudo o que leio de ti são grandezas, tudo o que descobro melhora, tudo o que alcanço felicidades”. (p. 131). Por tudo isto, Vieira aponta que, “[...] em nome segundo e mais declarado, chamo a esta mesma escritura *Esperanças de Portugal*” (idem). Portugal – seu rei e seu povo – devem se unir (e a *História do futuro* teria então papel decisivo) *para* promover a *união universal* que se anuncia.

As fronteiras entre o profano e o divino são difíceis de discernir: Deus escolhe um determinado país para abençoar e – pode-se desde já adiantar – para ter papel decisivo na história terrena.

Jogando com a palavra “Esperanças”, Vieira alerta, em reiterados momentos, para os perigos terríveis que adviriam da *lentidão* em cumprir o que afirmam as profecias que são expressão do Divino desígnio. As “Esperanças” não podem ser diluídas por um tempo que se arrastasse. Pelo contrário, devem ser, o mais cedo, “absorvidas” pela ação (regida por Deus) dos homens para que se confirmem, na história, aquilo que fora avançado nos prenúncios proféticos contidos nas Escrituras Sagradas e que o autor procura *des-encobrir*.

Quando se realizarem – afastados os riscos das delongas – tais prenúncios “[...] perderá esta nossa *História* gloriosamente o nome, e que deixará de ser *História do futuro* porque o será do presente”. (idem)

O Império Universal, que se erguerá como singular união de céus e terras, é do Mundo, mas as esperanças são, exclusivamente, de Portugal: “A razão (perdoe o mesmo Mundo) é esta; porque a melhor parte dos venturosos futuros que se esperam e a mais gloriosa deles [...] única e exclusivamente sua [da nação portuguesa]”. (p. 134-135). Sendo os portugueses prodigiosos instrumentos desses fatos maravilhosos.

A esta altura do texto, Vieira não procura justificar, por seus meios habituais, as razões de suas posições, quer pela interpretação de textos, sinais, textos sagrados, invocação de autoridades institucionais, espirituais, intelectuais etc. Diz apenas que a *razão* é a “localização” dos acontecimentos futuros, da *História do futuro*, é o “território” de Por-

tugal. E, também, a história gloriosa de seu passado, feito por portugueses: “Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó Portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao mesmo Mundo”. (p. 135). Vieira conclama seu povo a *manter* seu fundamental papel de instrumentos e agentes da gloriosa história portuguesa. Ou seja, que faça no futuro aquilo que fez, em termos grandiosos, no passado. Para tanto, aparece como indispensável à leitura da *História do futuro* que adianta aquilo que há de ocorrer; esta *História* é o mapa da continuidade – que a história dos feitos terrenos atesta – de caráter excepcional da saga portuguesa. Que só se perpetuará se os portugueses forem (bons) leitores, *instrumentos* ativos e hábeis *agentes* dos tempos que estão a chegar. O próprio autor salienta que escreveu este trabalho, na “língua vossa” – o que, por certo, facilitaria sua difusão e reforçaria a ideia de uma “igualdade”, de uma *comunhão* de todos, autor/leitores em prol de uma “união nacional” que construísse o que está predestinado.

Portugal e portugueses fazem um só corpo, desde que seu destino seja conhecido e difundido; desde que haja leitores do futuro tal como Vieira o clarifica.

*

Os tempos do mundo são três e “[...] destes três mundos se formará (que assim o formou Deus) um Mundo inteiro”. (p. 141). Este “mundo inteiro” será uma *reconstituição* do mundo primordial formado por Deus; é uma *restituição* a Ele da integridade terrena que se fragmentara. Cabe lembrar que a divisão do mundo aqui adotada pela grande pregador é a que estabelece uma distinção baseada no “conhecimento”; os “antigos” povos conheceram África, Europa e Ásia, hoje se conhece a América e a estas quartas partes se somará o (futuro) Quinto Império.

Tudo, o mundo inteiro em todos os seus âmbitos, “[...] será sujeito a este Quinto Império, não por nome ou título fantástico, como todos os que se chamaram Império do Mundo, senão por domínios e sujeição verdadeira”. (p. 141). Os feitos supostos e as alegadas conquistas dos que antes alardearam o título de “Império do Mundo” são tidos por Vieira como vazios de significação verdadeira, não passando do que se poderia chamar de “figuras de linguagem” que nada teriam a ver com a realidade.

Bem real, contudo, será um Quinto Império que terá, vimos, como pilares, “domínios e sujeição verdadeira”. Império que implica em ocupação territorial, em submissão de inimigos, em força político-militar e em expansão religiosa. Dominação que se imagina como fruto de uma hierarquia centralizadora e de nítida verticalidade. Como em: “Todos os reinos se unirão em um centro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão em um só diadema, e esta será a peanha da Cruz de Cristo”. (p. 141). Há uma superposição de centros (e de cetros) que faz do corpo divino, do mundo cristão, e de Portugal um lixo triunfal.

A perduração no tempo está assegurada, igualmente, por características que, por exemplo, o império romano não teria conhecido: “[...] no Império do Mundo que prometemos: a paz lhe tirará o receio, a união lhe desfará a inveja, e Deus (que é fortuna sem inconstância) lhe conservará a grandeza”. (p. 142).

A expansão, a conquista, alteração do mapa do mundo, o domínio da cruz cristã formam um plano dinâmico e de mudanças por vezes profundas. Nada disso parece dificultar ou impedir a tranquilidade, a união e a constância divina, garantia da plenitude da grandeza e da permanência da Conquista.

*

O objetivo desta escritura não é a satisfação da “curiosidade humana” nem o *anúncio* de flores prometidas sem os resultados, nem mesmo os *efeitos* de “felicidades grandes e próprias” esperadas com estridência superficial. Se assim fosse, o esforço feito (por escritura/autor) estariam longe dos fins a atingir. A pragmática teleologia de Vieira aponta não para “súditos/sujeitos cristãos”, mas para uma “coletividade”, para um conjunto de *agentes* que deveria ser mobilizado, provocado pela leitura de textos sagrados corretamente entendidos e, assim, sacralizados – ou entendidos em sua sacralidade correta e, agora, analisada. Pela *História do futuro*, que se pensa como uma *correção da história*, como um efeito de compreensão do texto, ao que se induz por uma Deliberação Divina de deciframento que aparece, na história humana, pela intervenção transcendental e analítica de um sacerdote do século XVII.

Ao apontar para uma *eficácia social* do texto em questão, Vieira se re-apresenta como pragmático, realista (também no sentido filosófico da palavra...) e como guiado pela teleologia. Deste modo, sua escritura não se pensaria inútil, impertinente e ociosa. Não apenas por procurar comunicá-la ao mundo; mais do que isto, por “gastar nele o tempo e o cuidado” (p. 143).

A história, como *revelação do passado* – e como instrumento *pedagógico* do passado *de* homens (extraordinários) de ciências, perenizados em seus trabalhos – não é, por si, alguma coisa de desprezível ou sem utilidade.

Vieira o afirma, neste ponto, para contrastá-la com aquilo que poderia ser um mero “[...] comunicar ao Mundo [...]” (p. 143), sem empregar, neste gesto, a busca da “economia do tempo” e do tratar da observação/cuidado como objetivo precípua do empenho e da temporalidade, construtores indispensáveis do que está designado por vir.

Faz contrastar – e, mais, pôr em competição por um lugar maior esta passada história com sua *História do futuro*, que promete não apenas entendimento, mas uma *ação para* uma finalidade que é empreendedora, abrangente, com objetivos práticos (empíricos/ religiosos – transcendentais) abrangentes.

Se a história das coisas passadas é a *Mestra da vida*, a má interpretação, o desconhecimento ou a desconsideração das coisas futuras leva a erros mais numerosos do que aqueles causados pela desinformação quanto ao passado: “[...] foram muito menos os danos em que caíram os homens por lhes faltar a notícia do passado, que aqueles que cegamente se precipitaram pela ignorância do futuro”. (p. 144).

Tal ignorância do futuro não decorre de falta ou escassez de autores que dele se ocupassem nos Livros Sagrados, vistos como a narração de *todos* os tempos da História: “Se em todos os Livros Sagrados contarmos os escritores de cousas passadas, [...] acharemos que são em muito maior número os que escreveram das futuras”. (p. 143).

Uma vez que Deus é o *verdadeiro Autor* de todas as Escrituras – não sendo elas, portanto, uma “reunião” de diferentes autores autônomos ou independentes – tal diferença tem por causa a maior *utilidade* que se pode conseguir do conhecimento do que há por vir.

Observemos em seguida alguns temas centrais – e retomaremos outros – que se estendem do quarto capítulo da edição-guia da *História do futuro* até seu capítulo duodécimo inclusive.

Na primeira parte do quarto capítulo, Vieira investiga o que seriam as *utilidades* da *História do futuro*. As primeiras ideias que o jesuíta ataca são (como já foi em parte visto) as de uma “satisfação da curiosidade humana” (p. 143) e as de que somente houvessem *flores* e não *frutos* para o descobrimento do futuro que se anuncia.

A história do futuro vieiriano tem uma dimensão muito mais ampla e voltada para a compreensão, pela coletividade humana guiada pela legítima interpretação (cristã) do designo divino. Como em “[...] desde seu princípio até hoje [...] foram muito menos os danos em que caíram os homens, por lhes faltar a notícia do passado, que aqueles que cegamente se precipitaram pela ignorância do futuro”. (p. 144).

A história é não apenas o conhecimento, a *memória* de fatos passados, mas ela inclui, também, os fatos que vão se suceder e para os quais é imperioso que nos *preparemos*.

À segunda parte do capítulo, dá o nome de “Primeira utilidade”.

O primeiro motivo e mui principal por que Deus costuma revelar as cousas futuras, (ou sejam benefícios ou castigos) muito tempo antes de sucederem, é para que conheçam clara e firmemente os homens, que todas vêm dispensadas por sua mão. Arma-se assim a Sabedoria Eterna contra a natureza humana, sempre soberba, rebelde e ingrata. (p. 145)

Assim, o que se dá é uma *revelação* de acontecimentos futuros e não um *ocultamento* que demandaria esforços de outra ordem que não os do *reconhecimento* desta revelação pelos filhos de Deus.

Para Vieira, seu trabalho seria uma constatação, com propósito público, do que

já fora dito pela Sabedoria Eterna, Senhora Soberana da *origem* e do *destino* da Palavra Sagrada. Neste sentido, ele não está produzindo uma interpretação pessoal, autônoma ou independente, do que já fora objeto da vontade de Deus; está tornando mais conhecida esta Vontade e procurando arregimentar aliados para a *ação* de torná-la imbatível.

A importância do conhecimento histórico (no sentido que demos à história vieiriana logo acima) e de sua *fonte exclusiva* (de saber e poder) que é divina pode ser vista em suas observações sobre Portugal (p. 148, *passim*). Referindo-se às promessas de Deus e dirigindo-se aos portugueses: “[...] se alguma coisa lhes poderia retardar o cumprimento dessas promessas, seria só o esquecimento ou desconhecimento do soberano Autor delas [...]”. (idem).

A reiteração de que a origem de fatos históricos é prerrogativa exclusivamente divina se dá pelas *falsas atribuições* de autoria, que postulam que outros fatores causaram tais fatos (de que Vieira dá exemplos diversos – e não só relativos a Portugal). A soberba humana, que poderia atribuir a si mesmo ou ao acaso ou, ainda, a outros fatores como a *idolatria ímpia*, é o principal adversário para o efetivo *conhecimento* da gênese sagrada da história e para o dever inelutável de se submeter a ela, origem e centro de todo conhecimento.

*

O capítulo quinto trata da “Segunda utilidade”. (p. 155).

Vieira considera que seu livro ajudará a compreender e suportar o período de graves provações por que passará o mundo antes da chegada da felicidade. Há um momento de *purgação do mal* que antecederá, preparará a história para o Bem a vir e que deve, este tempo de provação, ser vivido com “[...] a paciência, constância e consolação nos trabalhos, perigos e calamidades com que há de ser afligido e purificado o Mundo, antes que chegue a esperada felicidade” (p. 155).

A história humana é o desenvolvimento de uma reiterada luta, dura e áspera, pela *edificação* do Bem. É o desenrolar de uma laboriosa e diuturna ação divina conduzida pelo homem; de uma ação que depende da *perseverança* humana e do correto conhecimento do que está anunciado nas Escrituras.

A intervenção divina aparece, nos tempos difíceis, também como reafirmação do mundo e da punição dos erros humanos. Assim, as tribulações terrenas têm origem não apenas no desígnio divino, mas na insubordinação dos filhos de Deus. Insubordinação – e suas conseqüências “[...] que Deus costuma castigar, emendar e domar a rebeldia dos corações humanos”. (p. 157). Para Vieira, sua *História do futuro* é útil também porque pode minorar tais sofrimentos pela lição de esperança e fé que oferece por meio do conhecimento da felicidade vindoura traçada pela Providência.

Toda a argumentação de Vieira, ele a corrobora pela enumeração e adequada explicação de fatos históricos que a Bíblia relataria. O Livro Sagrado é a fonte desta *História do futuro*, que Vieira considera um *livro santo* que tem a imensa tarefa de ser um *remédio* para a adversidade dos tempos (quer, em suas palavras, eles se deem em Portugal, na Cristandade ou no mundo).

O imaginário vieiriano exalta fortemente a posição central ocupada pelas profecias (promessas) de Deus: “Ele pode mais que todos os poderes humanos, e só uma cousa não pode, que é faltar ao que tem prometido”. (p. 163)

*

O capítulo sexto apresenta a “Terceira utilidade” do livro em questão.

Começa por reafirmar a índole pragmática das profecias divinas na construção da terrena cidade celeste: “[...] as promessas e as disposições divinas, antecedentemente conhecidas na previsão do futuro, tudo facilitam e a tudo animam”. (p. 164)

Ao salientar as conquistas do Infante Dom Henrique na África, Ásia e América, Vieira aponta para a dimensão das dificuldades múltiplas que enfrentou e que as

[...] não pudera conseguir sem o socorro de luz do céu, animado nas contradições e contrariedades presentes com o conhecimento e certeza dos sucessos futuros, para que até nesta parte deva Portugal as suas conquistas aos lumes e alentos das profecias. (p. 174)

Dom Henrique é *expressão* de um Portugal valoroso e guerreiro cujas conquistas, terrenas e cristãs, são oriundas não só da escolha divina de Portugal, mas pelas lutas por que teve que passar. E vencer, pelo conhecimento efetivo das profecias e pelo ânimo que impulsionava seu povo.

Ao insistir na importância da *História do futuro*, que oferece ao rei de Portugal, afirma: “Nele verão os capitães de Portugal sem conselho, o que hão de resolver; sem batalha, o que hão de vencer e sem resistência, o que hão de conquistar”. (p. 179)

A eloquência do discurso vieiriano parece, aqui, convencer não exatamente pela persuasão, mas pela exposição de uma verdade apodíctica, imperiosa. É um discurso tão soberano que dita aos *capitães de Portugal* o que devem ler, o que precisam seguir. E mais: *como* devem ler, a quem precisam seguir. O papel que Vieira se atribui é, mais uma vez decisivo pela posição na mobilização religiosa e nacional – e por sua capacidade de se proclamar arauto dos laços que ligariam o sagrado e o profano, a *História do futuro* e a história contingencial.

*

O capítulo sétimo trata da “*Última* utilidade” do livro em questão, e no que se poderia chamar de *geopolítica* do imaginário vieiriano, chama a atenção para que os reais – e eventuais – inimigos de Portugal tenham a sabedoria de seguir o que lhes é ensinado pelo passado/futuro tal como vem sendo exposto pelo jesuíta. A luta contra Portugal não se restringe jamais a uma disputa secular entre poderes meramente terrenos. Os inimigos “[...] verão, se quiserem abrir os olhos, um manifesto desengano de sua porfia, conhecendo que na guerra que continuam contra Portugal, pelejam contra as disposições do Supremo Poder e combatem contra a firmeza de sua Palavra”. (p. 180). Há, pois, não só uma continuidade entre os desígnios de Portugal e os desígnios divinos, mas uma estreita relação entre Palavra (do Senhor) e sua *expressão temporal* que seria a *História do futuro*. E esta *expressão temporal* tem, não apenas um vínculo extremo com o Tempo sagrado *lato sensu*, mas também, com as contingências históricas precisas por que passa a cristandade naquele momento tal como expressas pela complexa trajetória portuguesa de então.

A argumentação dissuasória de Vieira procura fazer das *utilidades* da *História do futuro, instrumentos universais* de implantação de um porvir comum a *todos* e que passa pela liderança de Portugal. Este, visto aqui não como uma “singularidade egoísta”, mas como escolha sagrada para capitanear um processo de esclarecimento das Escrituras que resulta em benefícios que alcançarão próximos e distantes, aliados e adversários.

A aliança entre Portugal (e sua posição centralizadora da vontade divina) e a Palavra se vê na sua diferença (momentânea?) face a adversários próximos, excêntricos à *vontade geral*: “[...] Mas viu o mundo, posto que não o quis ver Castela, que era o braço imortal que defendia e conservava aos portugueses”. (p. 181).

A expansão portuguesa não impede a liderança convergente do Reino terreno escolhido por Deus para tanto. Pelo contrário,

[...] as Conquistas [...], membros tão remotos e tão vastos deste corpo político de Portugal, ainda que do Reino [...] recebem os espíritos de que se animam, é tanta e tão abundante a cópia de alimentos, que elas mesmas com sua riqueza lhe subministram [...]. (p. 190)

A expansão pelas conquistas não foi, igualmente, fator de empobrecimento econômico ou esgarçamento do tecido social no espaço metropolitano: “Foi [...] lei prudentíssima, no princípio da guerra, que não se alistassem nela senão mancebos livres”. (p. 193). Puderam, assim, pelo *matrimônio sagrado*, multiplicar as famílias e “[...] os mesmos que então se retiraram da guerra, têm hoje muitos filhos com que a sustentam e os sustentam com ela”. (idem).

No texto vieiriano, as pelejas portuguesas não são fracionadas; há um forte entrelaçamento entre Rei, Pátria, honra, liberdade e “[...] cada um por sua casa e fazenda”. (p. 193). A projeção para o exterior é uma solidificação, um fortalecimento das forças sociais

(e sagradas) do *espaço interno* lusitano. O mundo é, cada vez mais, um território luso assim como a “casa e fazenda” são elos de uma conjuntura mundial e dela se beneficiam.

*

A relação entre o profetismo e seus efeitos terrenos tem, no capítulo oitavo (p. 195), enfática observação do grande jesuíta: “Note-se aqui, e note-se muito que os profetas são os que dividem os reinos e os que os repartem: eles os dividem primeiro, profetizando, e depois Deus, executando”. (p. 221).

Esta proposição de Vieira é particularmente interessante porque estabelece que há possibilidade de *intervenção direta* no fluxo da história humana de inflexões do que o discurso profético vaticinara. Deus não é mero executor de alguma proposição que o antecederia; Ele é capaz de modulá-la segundo seu Desígnio e sem que isto represente extrapolação ou exorbitância. Ele é *agente* de uma Escritura que tem sua origem no Sagrado e a ele deve reverter também no que produz na cidade terrena.

*

No capítulo undécimo, Vieira retoma a questão da *novidade* e de suas vicissitudes históricas e teológicas. Referindo-se aos *escritos*, afirma: “[...] A antiguidade das obras é um acidente extrínseco que nem tira nem acrescenta qualidade”. (p. 258). E ainda: “[...] Não é o tempo, senão a razão, a que dá o crédito e autoridade aos escritos; nem se deve perguntar *quando*, se escreveram, senão *quão bem*”. (idem).

No início do capítulo, o Autor já nos lembrava que “[...] quando no princípio deste livro prometemos cousas novas aos curiosos também advertimos que metíamos as armas nas mãos aos críticos”. (p. 255). Por contraste a outros momentos de diferentes textos vieirianos, em que a antiguidade de autores e escritos era caução de autoridade, aqui o que importa é a *razão da escrita* e não o *momento* em que foi construída. Vieira procura centrar a atenção para a *qualidade* dos textos, o que permitiria à *História do futuro* ser vista sem que se voltassem contra ela críticas derivadas de um *juízo cronológico* que impedisse que a análise da “primeira qualidade da história [...] é a verdade” (p. 226).

Contra seus críticos – e coerente com sua índole retórica guerreira – Vieira lança mão de autores consagrados (...também pelo tempo) e de inúmeras referências à história humana e a sua previsibilidade (de que os escritos proféticos são exemplo). História humana que se mescla, constitutivamente, à história sagrada e cuja novidade, na *História do futuro*, parece ser a da *correta interpretação* – que se articula a uma conveniente seleção – que se dá de fatos terrenos que já estão apontados nas Escrituras. A interpretação correta é, neste sentido, a *compatibilização*, a adequação às Escrituras de acontecimentos que

nelas já se contêm e que podem ser observadas na vida social.

A *novidade* tem aspectos que Vieira procura tornar claros face ao que teme ser uma forte corrente crítica a seu *caráter transgressor* eventualmente constante em sua (nova?) *História do futuro*. Esquivando-se de seus possíveis críticos, diz o Autor: “[...] Muitas novidades se verão nesta nossa *História*, não novas por novas, senão por antiquíssimas”. (p. 271). Exemplifica com as assombrosas “novidade” e “grandeza” causadas pelas pirâmides e pelos obeliscos “velhos” no Egito, no Foro Romano. “[...] Nas ciências nascem poucas verdades; as mais delas ressuscitam”. (idem)

Vale notar que Vieira luta *pela novidade* lançando o virtual erro sobre seu próprio discurso; são as qualidades deste que o farão, talvez, vencedor. É certo que o Autor não está só: está, é suposto, ao lado de verdadeiras – e *novas* – afirmações *das* Escrituras Sagradas. Não se trata, apenas, de defender uma hipotética virtude intrínseca àquilo que propõe. Suas proposições são rerepresentações de velhas verdades que estavam sempre *vivas*, mas pouco *ditas*. Não há Novidade Originária a ser revelada; não pode haver tal conjectura porque a Verdade já foi enunciada. Pode não ter sido, em dadas circunstâncias, aqui ou acolá compreendida, mas pode ser vista sob novos ângulos ou iluminada por uma nova luz vinda da mesma Fé.

Ao reafirmar sua esperança fiel ao conhecimento e à crença, tal como entende a trama que tece, o padre Vieira volta a definir seu livro, em prol de apoio (e de convincente sustentação política, em sentido amplo, de seu opulento trabalho): “[...] Lembraremos nela [*História do futuro*] muitas coisas esquecidas, aluminaremos muitas escuras, descobriremos muitas ocultas, poremos à vista muitas distantes e procuraremos saber muitas ignoradas”. (p. 272).

O estatuto da verdade e das ciências, não tendo compromisso com a temporalidade, não permite que sejam repartidas em novas ou velhas “[...] porque sempre são, sempre foram e sempre hão-de ser as mesmas, posto que nem sempre se conhecem igualmente”. (p. 272). O esforço central de Vieira parece ser o de estabelecer uma *unidade* de objeto e de gênese daquilo que trata o saber; o *conhecimento* desta *unidade* é que variará em suas formas de desvendamento e em seus âmbitos sociais e temporais. Em seus modos de circulação cultural na cristandade e em sua qualidade de razão/verdade. Afinal, a gênese de qualquer História é originária de um Deus, uno e, por si mesmo, verdadeiro.

*

A história do saber é, assim, a história de um *re-descobrir*, como diz Vieira: de um *descobrir de novo*. *Novidade* da redescoberta porque faz ressaltar o que os Antigos inventaram e que estava esquecido ou encoberto, mas não invalidado.

A história é uma criatura do Senhor e dele não se separa nem se distingue. O esfor-

ço de Vieira, em sua *História do futuro*, é o de estabelecer, por uma vastíssima exemplificação histórica – dada no espaço e no tempo profanos – e com argumentação de fundo teológico cristão, que esta *criatura sagrada* tem não só um passado (Origem), mas uma destinação (Futuro). Os homens, para serem verdadeiramente cristãos, devem obedecer ao destino, à finalidade de nossa *ação* terrena que é a da realização de uma união com Deus *pela* observância daquilo que já está na Letra Divina; Letra que nos cabe não somente compreender corretamente, também em seus desdobramentos seculares, mas tê-la como *instrumento* visando à união de céu e terra. Da Letra e dos fatos.

*

O “Livro antepimeiro” da *História do futuro* tem, dentre seus propósitos, um objetivo missionário interno à cristandade. Propósito que seria o de *alterar* a posição do leitor português, dos atores sociais portugueses, quanto ao conhecimento não apenas da letra bíblica, mas ao papel que estaria, desde sempre, destinado a Portugal. E que poderia ou, melhor, deveria ser conhecido notadamente pela leitura do novo livro que Vieira oferecia à nação para que o curso desta pudesse ser retomado pelo correto *conhecimento* de seu papel e pelos *feitos* que deveriam provocar.

Diz o jesuíta: “Vê agora, ó Pátria minha, quão agradável te deve ser, e com quanto prazer deves aceitar a oferta que te faço desta nova *História*, e com que alvoroço, gosto e alegria pede a Razão e amor natural que leias e consideres nela os seus e os teus futuros”. (p. 135). Vieira não somente faz a oferta de um *dom* a Portugal; dirige-se a *toda* a Pátria, a *todos* os seus filhos, mostra-lhes *o* passado e *o* futuro, escreve por desígnio *divino*, apresenta uma tarefa a ser cumprida e que, se não o for, implicará em *desafio* à norma divina.

A grandiosidade, o caráter universal, a sinfônica apresentação de majestáticos temas – múltiplos e de dramaticidade intensa – são pilares de muitos momentos da obra vieiriana que estão também aqui presentes. E são defendidos por aquele que se julga em condição não menos eloquente do que o que seu texto propugna.

*

Pelas Escrituras, pelo desejo expresso de Deus (e pela história que a *História do futuro* expõe) não pode haver dúvida quanto à imperiosa tarefa dos portugueses no desdobramento da cristandade. Isto porque o papel de Portugal é, decididamente, inquestionável: “[...] porque a melhor parte dos venturosos futuros que se esperam e a mais gloriosa deles será não somente própria da Nação portuguesa, senão única e singularmente sua”. (p. 135).

O imaginário da *tarefa missionária* não deve ser visto, no olhar de Vieira, como um “horizonte” ou um “destino” que pudessem/devessem ser concretizados em qualquer tempo. Há, pelo contrário, uma *premência* temporal que faz do futuro um *futuro imediato*, que rejeita com veemência a apatia daninha, proteladora de um tempo que é premente construir.

*

O destino histórico português tem por premissa que não pode ser entendido como uma vocação permanente e que independeria dos procedimentos humanos.

Deus, na Lei Escrita, como notaram grandes autores, nunca prometeu o Céu expressamente, porque o que não pode dar logo não se há – de prometer [...] pois são as esperanças dilatadas. Se nelas se promete a vida, são morte; se nelas promete o Paraíso são Inferno. (p. 132-133)

A ação de forças terrenas é *articulada* a forças divinas. Há uma interação em que a posição subordinada é a dos atores sociais em busca do Império da Palavra Divina. Tal articulação só é possível se a leitura dos tempos futuros for corretamente entendida e levada a efeito pela *vontade humana*, que Vieira procura congrega e dela fazer elemento decisivo para a implantação da Terrena Cidade Sagrada.

Há, na história do futuro, uma aliança ou, mais, um *compromisso* do passado cristão, tal como profetizado nas Escrituras e como os feitos históricos vieram a comprovar, e de seu futuro que urge constituir.

*

Vieira se apresenta como o *revelador* – ou des-encobridor, como já nominamos – de uma verdade já enunciada. Ele *revela* sem que deva imaginar que ele é um “profeta dos profetas” ou, ainda que seja, alguém que tenha *gerado* profecias ou comprovações históricas de profecias. Vieira se apresenta como um agente de enunciação de fatos encobertos ou mal compreendidos. Ele não deu origem a profecias ou a seus efeitos, mas oferece, de maneira enfática – esclarecedora do entendimento e mobilizadora de paixão –, interpretações (que nunca são suas, mas d’Ele) do que já se anunciou e efetivou. Ele *retira* aquilo que poderia ocultar, do entendimento e da atitude humana, aquilo que *deve*, por norma, acontecer em breve tempo.

O “Livro antepreimeiro” de que nos ocupamos é uma (extensa) propedêutica à *História do futuro*. Procura tal livro introdutório (ou tal introdução ao *livro principal* subsequente) mostrar suas razões e oportunidades próprias. E mais: busca expor sua

legitimidade teológica/racional/histórica em um complexo arrazoado do qual procuramos apontar alguns itens supostos relevantes.

O “Livro antepimeiro” almeja, denodada e febrilmente, apontar não só uma justificativa “natural”, ou “ontológica” de sua existência, mas uma soma de ferramentas (de *utilidades*; no vocabulário vieiriano). Para que haja a supremacia de uma “razão pragmática” ou de um “realismo político” que pudessem fazer triunfar a conjunção, em termos atuais, de um plano divino e de um plano terreno na edificação de um tempo/território universalmente cristão.

*

O Império de Cristo em sua plenitude só será alcançado com a conversão de todos os povos ao cristianismo. O objetivo de um mundo cristão universal só teria sucesso se tivesse apoio da metrópole lusitana, notadamente quanto ao apoio político-militar da corte portuguesa na defesa dos novos territórios e populações conquistadas e, o mais possível, *integradas* ao processo permanente que resultaria do trabalho missionário.

A missão evangelizadora, na concepção partilhada e desenvolvida por Vieira, não tem limites geográficos; ela deve ser exercida por toda a parte, tem a vocação da *universalidade*. Não há “mundos fechados” e a infinitude do mundo deve ser perseguida e palmilhada para que a Palavra Divina possa reinar, absoluta, por todos os lugares, próximos ou distantes dos centros católicos. É um imaginário social vincado pelas ideias de *expansão* e *ocupação* espirituais, que deveriam superar os eventuais empecilhos terrenos (políticos, econômicos, geográficos e, mesmo, os relativos à própria subsistência física dos missionários).

Vieira ilustra bem o papel singular e a origem divina da Companhia de Jesus:

[...] os [ministérios] próprios e particulares da Companhia, para cujo fim especial Deus a instituiu como são catequizar, batizar, converter gentios, dilatar e propagar a fé, e conhecimento de Cristo entre as nações bárbaras, e estas ações, como tão especiais e singulares nossas, devem preferir às comuns, para que em toda a parte tem Deus tantos outros ministros (Leite, 1943, p. 144).¹

O texto acima citado é útil também para compreender a posição especial e exclusiva que os jesuítas se atribuíam. Ou melhor, posição excepcional era atribuída por Deus a eles, à sua Ordem – e não a outras ordens católicas ou a padres seculares. Pode-se, assim, compreender melhor aspectos da relação de competição e animosidade muitas vezes existente entre diferentes segmentos católicos. Serve o texto para que se evite

1 LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 10 v.

generalizações abusivas tão comuns a certa historiografia tradicional do Brasil colônia – e de outros territórios dominados – que insiste em falar d’A Igreja, no período, como se ela se tratasse de um bloco coeso e monolítico, aliada de modo uniforme e ideal às forças d’O Império, igualmente inteiriço e sem conflitos.

A passagem transcrita de Vieira indica não só a exclusividade que sua Companhia julga ter por desígnio divino quanto ao trabalho missionário junto ao gentio. Aponta, igualmente, para uma *preferência* pelo trabalho de *conquista* espiritual, que se liga a todo um imaginário da *construção* de um mundo católico em meio a dificuldades, privações, carências, distâncias que demandam aplicação diuturna à tarefa sagrada e dedicação e empenho *pessoais* extremos.

Esta ideia da *ação* católica se articula à grande lição que os jesuítas desejavam dar à sociedade: a lição do *exemplo*. Pedagogia quotidiana e ininterrupta certamente considerada maior que todos os ensinamentos encerrados no saber habitualmente transmitido. O exemplo da santidade da conduta cristã seria instrumento universalmente válido podendo ter efeito sobre qualquer auditório. Ou, dito de outro modo, poderia – e deveria – ser seguido pelos colonos e pelo gentio e, mesmo, em caso-limite, por hereges passíveis de conversão.

Isto nos leva a ponto fundamental no trabalho missionário: o gentio *é capaz de compreender*. Compreenderá melhor se bem estiver avançado em seu processo de “transformação cultural” gerado pela catequese. É, portanto, decisiva para a educação jesuítica do século XVII (dando sequência a processo que se inicia em meados do século XVI) a noção de que existe não apenas capacidade (ou possibilidade) de *entendimento* pelos indígenas, mas que este entendimento *é variável*; precisa ser observado a cada caso. Para conhecer a Verdade, deve ser conhecida pelo jesuíta sua (do gentio) realidade cultural peculiar mesmo que parcialmente e mesmo que os inacianos não duvidassem da indigência, pobreza e rudeza dos nativos.

*

A leitura bíblica por determinados católicos do século XVII e, mais precisamente, na Companhia de Jesus, do padre António Vieira tem uma visão *interpretativa* das Escrituras, distanciando-se do que poderíamos chamar de teoria fundamentalista do ato de ler. Vieira acreditava que o mundo secular só poderia ser efetivamente compreendido quando o compatibilizássemos com cenas que a Bíblia descrevesse. O entendimento católico é, assim, uma ação racional e operosa que requer atenção – e exige *demonstração*. Não basta, para ele, apontar naquele texto a passagem que explicaria a realidade deste mundo. É preciso que sua demonstração seja justificada; é um trabalho de *tradução* entre dois mundos reais: o da história que vivemos e/ou observamos e o da história *real* que a

Bíblia narra. A demonstração da interpretação de Vieira virá por sua própria argumentação, pelas verdades que o próprio texto sagrado traria em apoio a Vieira e por autoridades que legitimariam seus argumentos. Autoridades que se pode listar não só pela inclusão de autores célebres e consagrados, inclusive de autores externos à Igreja, mas, também, por tradições, não necessariamente escritas, e de que Vieira lança mão como atestações da obviada de suas práticas – tradicionais –, por seu caráter consensual e, em muitos casos, pela extensão de sua duração temporal.

É de se notar que além das Escrituras Sagradas – em profetas como Daniel ou Zacarias –, Vieira lança mão de autores não canônicos como o Bandarra, de vasta e duradoura presença no imaginário social, e de astrólogos como Manoel Bocarro e João Cânion. Além de textos (ou da *circulação oral* de supostos escritos) de Joaquim de Fiore e dos diferentes grupos de joaquinenses que o sucederam.

A tarefa guerreira do intérprete cristão de profecias é a de harmonizar a verdade do texto sagrado com as verdades de outros textos e com as verdades do mundo. Todas permitem – pelo menos hipoteticamente, visto que não estão interdidas à compreensão humana – acesso correto ao seu âmago, à sua verdade. A interpretação correta mostrará de que maneira Deus, textos e história *concreta* dos homens são cotejáveis – o erro de tradução de um âmbito contaminará o entendimento dos demais. O papel do intérprete é, pois, decisivo. Para se compreender Céu e Terra é preciso estar corretamente armado – pelas armas cristãs da fé e da inteligência que farão encontrar o sentido.

O estabelecimento do correto sentido, do sentido que reencontra a verdade, se dá em um fluxo histórico; o saber não é descrito como algo súbito, repentino, dado necessariamente por uma iluminação de origem divina. É certo que tal intervenção do Sagrado não está afastada de forma absoluta; apenas não é a única possível e pode coexistir com a história humana. Há, mesmo, uma evolução do saber que se dá pela *re-apresentação* de conhecimentos passados nas Escrituras e em sua projeção nos acontecimentos humanos. Não deve ser confundido, pelo menos neste caso, com saber consagrado ou saber reconhecido por disciplinas, autores e instituições. O conhecimento da História sagrada eclesiástica e profana não é infenso ao conhecimento oriundo da doxa, que parece ter vida autônoma, sobretudo, fluida e oral, face aos textos.

*

O reconhecimento de um campo histórico *relativamente* autônomo é decisivo para o imaginário vieiriano. Possibilita compreender a singular importância do profético para a vida e a obra – política e de escritor e orador – do jesuíta. A profecia, pelo menos a *boa profecia*, aquela que merece seu nome, é um anúncio, vindo do sagrado, de coisas que acontecerão na sociedade humana. Esta articulação é cara a Vieira porque liga sagrado

e profano, mostra que Deus se interessa pelo mundo – dele se ocupa – e conhece sua história, mesmo que esta ainda não tenha acontecido no tempo profano. O papel do intérprete cristão – ou, melhor dizendo, sua tarefa, já que estamos em um *imaginário da operosidade* – não é o de meramente se alegrar com o interesse divino pelo homem ou se dedicar à decifração de palavras santas. O papel deste cristão é o de conhecer o conhecimento que Deus tem do mundo e fazer coincidir as ações humanas com tal conhecimento *construindo*, pragmaticamente, tal coincidência.

Conhecer não é, assim visto, tarefa que, ao cumprir-se, esgota seu compromisso cristão. Conhecer é trabalhar para que o futuro previsto efetivamente norteie as atividades terrenas. O futuro – aquelas partes do futuro que foram escolhidas para serem apresentadas à (possível) percepção humana – é uma *fonte normativa*; deve-se estabelecer uma pauta de condutas que levem a ele.

O que estamos denominando interpretação não é, portanto, um livre exercício intelectual sobre o mundo e/ou a Bíblia. É uma operação que resulta em mostrar de que modo a história humana *está* na Bíblia; os fatos terrenos são, digamos, repetições, reencenações de outros fatos que a Bíblia escolheu dispor. É uma ação intelectual que, na verdade, mostra as relações entre o transcendente e o contingente, entre o nosso mundo e o celeste. Relações que mostram que os textos de Vieira não têm ruptura epistemológica com a realidade que observa. Assim como as Escrituras, quando narram fatos ou histórias não estão criando em um texto sagrado situações concretas.

Vale ter em conta que, historicamente, qualquer texto sagrado em questão tem uma vinculação com diferentes formas histórico-culturais de tradição oral que exprimem o texto à sua maneira. O que faz lembrar que a história dos escritos de Vieira se vincula, notadamente nos sermões, à sua oralidade e à sua gestualidade.

A leitura da Bíblia – e Vieira o diz repetidas vezes – não é simples ou direta. De fato, segundo ele, há uma série de mensagens ocultas; de enigmas a serem resolvidos; de figuras de linguagem a serem decodificadas e cotejadas; de profecias a desvendar e de intenções últimas dos – supostos – autores de passagens bíblicas que devem ser perquiridas.

A interpretação não se põe no lugar do objeto. Ela é, dependendo do ponto de vista de cada vertente, um comentário de um objeto real e/ou a construção de um objeto de conhecimento pela linguagem. Linguagem bíblica que se originaria na Transcendência e atua historicamente lidando com modulações sociais e antropológicas.

REFERÊNCIAS:

BESSELAAR, José, van den. (Org.). Esperanças de Portugal. In: VIEIRA, António. *António Vieira: profecia e polémica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CANTEL, Raymond. *Prophétisme et messianisme dans l'œuvre d'António Vieira*. Paris: Éditions Hispano-Americanas, 1960.

- CERTEAU, Michel de. *La fable mystique I–XVI–XVII siècles*. Paris: Gallimard, 1995.
- DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DURAND, Gilbert. *L’Imagination symbolique*. Paris: PUF, 1964.
- ELIADE, M. *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baêta Neves. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard; Le Seuil, 1997.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Lisboa/Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950. Edição Fac-símile Comemorativa dos 500 anos da descoberta do Brasil. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia.²
- MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *Terrena Cidade Celeste: imaginação social jesuítica e Inquisição*. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2003.
- PELOSO, Silvano. *Antônio Vieira e o Império Universal: a Clavis Prophetarum e os Documentos Inquisitoriais*. Rio de Janeiro: De Letras, 2007.
- SARAIVA, Antônio José. *O discurso engenhoso: ensaios sobre Vieira*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história*. 4. ed. Distrito Federal: UNB, 1998.
- VIEIRA, Antônio. S.J. *História do futuro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. Organização de José Carlos Brandi Aleixo, S.J.
- _____. 1608-1697. *Sermões*. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros; supervisão de Padre Antônio Charbel, S.D.B. e de A. Della Nina; introdução e supervisão técnica de Luiz Felipe Baêta Neves. Erechim: EDELBRA, RS, 1998. 12 v.

MINICURRÍCULO:

Luiz Felipe Baêta Neves é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ex-professor das Universidades de Paris-V e Poitiers. Autor de diversos livros sobre a obra do Padre Antônio Vieira.

² Há muito espaço dedicado ao padre Antônio Vieira, particularmente, nos volumes VIII e IX.